

4

Metodologia

De acordo com Divan (2011:54), a teoria e os métodos que o pesquisador escolhe empregar refletem a visão de mundo adotada por ele. Neste capítulo, apresentamos seções que elucidam, respectivamente, a natureza da pesquisa, seu universo, os meios de geração dos dados, os participantes, a transcrição dos dados e, por fim, seu tratamento. É possível entrever, assim, a visão de mundo que carregamos.

4.1.

A natureza da pesquisa

A metodologia de pesquisa escolhida para tratamento dos dados, neste trabalho, situa-se dentro de uma abordagem qualitativa e interpretativista (DENZIN E LINCOLN, 2006; ANDRÉ, 1995) no âmbito da entrevista de pesquisa (MISHLER, 1986; MENDES, 2003).

Na pesquisa de ordem qualitativa, há um atravessamento de campos e disciplinas. Com a possibilidade de combinar materiais e perspectivas, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), o trabalho do pesquisador se parece com o de um *bricoleur*, quem reúne imagens, transformando-as em montagens.

André (1995:17) afirma que a pesquisa qualitativa se opõe a uma visão empiricista de ciência. Nesse caso, busca-se uma interpretação ao invés da mensuração, uma descoberta ao invés da constatação, assumindo-se que fatos e valores estão intimamente ligados. Segundo Denzin e Lincoln (idem:17), os pesquisadores que adotam esse viés metodológico “estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem”. O que se pretende, portanto, não é capturar a realidade objetiva.

A ideia de distância, relacionada à objetividade científica, já foi dada como uma condição indispensável para a realização de uma pesquisa etnográfica, mas,

no interior de uma pesquisa de cunho qualitativo, esse conceito é desconstruído ou relativizado. Visto que envolve uma abordagem interpretativista, os pesquisadores que decidem realizar uma investigação dessa natureza deixam para trás o ideal de neutralidade, cientes de que estão imbricados no conhecimento que produzem.

Ao lançarmos mão desse modo de fazer pesquisa, estamos alinhados com a concepção de Semprini (1999:166) de que “o conhecimento nada tem de objetivo ou definitivo, pois ele depende do poder e da história”. Dada a natureza socialmente construída da realidade, entendemos que qualquer trabalho é interpretativo. Sendo assim, a procura por verdades separadas do pesquisador que guiou o positivismo não orienta esta investigação.

4.2.

O universo da pesquisa

Nesta seção, apresentamos as Unidades de Polícia Pacificadora e, em seguida, a comunidade na qual foi instalada a UPP da qual fazem parte os policiais que participam desta pesquisa. Por questão de sigilo e proteção aos participantes, identificaremos o local como “comunidade X”.

4.2.1.

As Unidades de Polícia Pacificadora

A política de pacificação nas comunidades carentes do Rio de Janeiro completou cinco anos no dia 19 de dezembro de 2013. Nesse período, foram implantadas 37 Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Para que se compreenda esse projeto, cabe observar alguns decretos que configuram a sua enxuta estrutura normativa.

Quando a pacificação se iniciou não havia uma regulamentação específica para o desenvolvimento do projeto. O decreto de 21 de janeiro de 2009, promulgado pelo governador, serviu simplesmente para a criação oficial da Unidade de Polícia Pacificadora dentro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Um decreto do dia seguinte, o decreto-lei no. 41.653, por sua vez,

determinou o pagamento de uma gratificação de R\$500,00 mensais para os policiais lotados em UPPs.

A Nota 202 do Boletim da Polícia Militar de 5 de fevereiro de 2009, emitida pelo Comandante Geral e retificada num ponto pela Nota 42 de 31 de julho do mesmo ano, ligou a UPP à Coordenadoria de Assuntos Especiais. Implantada apenas no morro Santa Marta até aquele momento, a unidade tinha status de Companhia na corporação, mas, para garantir a sua autonomia operativa, a Nota determinou que os policiais que trabalhassem em uma UPP só poderiam ser movimentados para outras OPMs – Organizações Policiais Militares – por ordem do Estado Maior Geral.

O artigo 1 do decreto-lei no. 42.787, de 6 de janeiro de 2011, promulgado pelo governador, estipulou oficialmente três critérios para a seleção dos locais: a) comunidades pobres; b) de baixa institucionalidade e alto grau de informalidade; e c) com a presença de grupos criminosos ostensivamente armados. Os objetivos centrais das UPPs, de acordo com o mesmo artigo (§2º), são: “consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada” e “devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico”.

Quanto à sua orientação, o artigo 1 do decreto vincula as UPPs à “filosofia de polícia de proximidade”, enquanto o artigo 6 determina que os policiais dessas unidades deverão ter formação com ênfase em “Direitos Humanos e na doutrina de Polícia Comunitária”.

É interessante notar ainda que o artigo 6 do decreto estipula que os policiais lotados nas UPPs deverão ser recém formados. Podemos observar essa iniciativa também em experiências semelhantes em outros países. Subjacente a essa determinação está a ideia de que isso favorece a introdução de uma nova doutrina. Além disso, de acordo com Cano (coord., 2012:19), essa é uma tentativa de diminuir os níveis de corrupção da polícia.

Ainda que o decreto de janeiro de 2011 seja um avanço no que diz respeito à organização do programa, seu grau de formalização é muito baixo, especialmente se comparado com o impacto que o projeto tem no Rio de Janeiro. Hoje, conforme mencionamos acima, já foram instaladas 37 UPPs. As cinco

tabelas abaixo apresentam a data de instalação de cada uma junto à sua localização.

Tabela 1: UPPs da Zona Sul

Comunidade	Instalação
Santa Marta	19.12.2008
Babilônia e Chapéu Mangueira	10.06.2009
Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23.12.2009
Tabajaras e Cabritos	14.01.2010
Escondidinho e Prazeres	25.02.2011
Rocinha	20.09.2012
Vidigal	18.01.2012
Cerro-Corá	03.06.2013

Fonte: <<http://www.upprj.com/index.php/historico>> Acesso em: 28 fev. 2014.

Tabela 2: UPPs da Zona Norte

Comunidade	Instalação
Borel	07.06.2010
Formiga	01.07.2010
Andaraí	28.07.2010
Salgueiro	17.09.2010
Turano	30.10.2010
São João, Matriz e Quieto	31.01.2011
Macacos	30.11.2011
Mangueira	03.11.2011
Nova Brasília	18.04.2012
Fazendinha	18.04.2012
Adeus e Baiana	11.05.2012
Alemão	30.05.2012
Chatuba	27.06.2012
Fé e Sereno	27.06.2012
Parque Proletário	28.08.2012
Vila Cruzeiro	28.08.2012
Jacarezinho	16.01.2013
Manguinhos	16.01.2013
Barreira do Vasco e Tuiuti	12.04.2013
Caju	12.04.2013
Arará e Mandela	06.09.2013
Lins	02.12.2013
Camarista Méier	02.12.2013

Fonte: <<http://www.upprj.com/index.php/historico>> Acesso em: 28 fev. 2014.

Tabela 3: UPPs da Zona Oeste

Comunidade	Instalação
Cidade de Deus	16.02.2009
Batam	18.02.2009

Fonte: <<http://www.upprj.com/index.php/historico>> Acesso em: 28 fev. 2014.

Tabela 4: UPPs do Centro

Comunidade	Instalação
Providência	26.04.2010
Coroa, Fallet e Fogueteiro	25.02.2011
São Carlos	17.05.2011

Fonte: <<http://www.upprj.com/index.php/historico>> Acesso em: 28 fev. 2014.

Tabela 5: UPPs da Baixada Fluminense

Comunidade	Instalação
Complexo da Mangueirinha	07.02.2014

Fonte: <<http://www.upprj.com/index.php/historico>> Acesso em: 28 fev. 2014.

4.2.2.

A comunidade X

Não apresentaremos muitos detalhes ou informações precisas acerca da comunidade em que trabalham os participantes desta pesquisa para evitar que eles sejam identificados, mas podemos afirmar que essa é uma comunidade bastante expressiva e relevante no contexto da pacificação. Sua população é superior a 50 mil pessoas e o efetivo policial da sua UPP é superior a 500 policiais. Quanto à sua história recente, diferente de algumas comunidades incluídas no projeto, que eram comandadas por milicianos, nessa localidade, o domínio era exercido por traficantes de drogas.

4.3.

Os meios de geração de dados

O método de geração de dados desta investigação compreendeu uma combinação entre um conjunto de 10 entrevistas semi-estruturadas com policiais da nova geração que atuam diretamente no policiamento da comunidade; conversas com 5 policiais de diferentes níveis hierárquicos e áreas de atuação; e a observação participante minha e da orientadora sobre a atuação dos policiais e o cotidiano da comunidade.

Embora todas as fontes de dados tenham contribuído para a interpretação que apresentamos aqui, selecionamos como corpus de análise apenas as entrevistas realizadas com os profissionais que atuavam no policiamento da

comunidade. Entendem-se aqui por policiamento as tarefas relacionadas à repressão ao crime/tráfico, como a abordagem, e as tarefas relacionadas ao serviço da comunidade, à aproximação com os moradores.

A entrada no campo se deu após a autorização do comandante da UPP, que se interessou pelo estudo, uma vez que estava empenhado em melhorar a qualidade da relação polícia-comunidade.

No que se refere à concepção de entrevista, assumimos, em alinhamento com os pressupostos da pesquisa qualitativa e interpretativista elencados na primeira seção deste capítulo, que a entrevista de pesquisa não é uma situação em que o pesquisador extrai informações objetivas dos participantes. Conforme Denzin e Lincoln (2006:33), entendemos que “não existe nenhuma janela transparente de acesso à vida íntima de um indivíduo”. Sendo assim, damos lugar, neste trabalho, a uma noção de entrevista de pesquisa como um encontro em que as pessoas constroem os mundos sobre os quais falam, negociando identidades.

Mendes (2003:11) afirma que a entrevista consiste em “jogadas ou movimentos coreografados, em que os sujeitos (entrevistador e entrevistados) se constroem ou se reformulam através do discurso”. E esse cenário pode ser propício para o surgimento de narrativas (MISHLER, 1986) e de outros recursos retóricos utilizados para dar explicações e sustentar projeções de *selves*, como foi observado neste estudo.

Para os fins desta pesquisa, foram entrevistados dez policiais, sendo três em grupo. Entre os principais tópicos ou blocos temáticos abordados nas entrevistas, encontram-se o projeto das UPPs, a formação dos policiais, suas práticas profissionais, como a abordagem e a mediação de conflitos, e sua relação com a comunidade. Outros temas foram iniciados pelos próprios policiais, como a relação dos policiais com os superiores e com a sociedade como um todo.

As gravações foram feitas nas imediações da UPP, compondo um total de aproximadamente 160 minutos, e foram realizadas ao longo de 2013.

4.4. Os participantes

As falas que ilustrarão as percepções dos policiais aqui entrevistados são de cinco policiais, a quem demos os nomes de Bernardo, Fernando, Gabriel, Gilson e José para preservarmos a sua identidade.

Bernardo é casado, sem filhos, e possui ensino superior completo. É policial há um ano. Fernando é divorciado e tem um filho. Possui o ensino médio completo. Está na polícia há um ano. José possui ensino superior completo. É casado e tem dois filhos. Ingressou na Polícia Militar há dois anos, e um de seus familiares é policial também, atuando, por sua vez, na Polícia Civil. Gabriel ingressou na universidade, mas não completou ainda o ensino superior. É casado, sem filhos, e é policial há dois anos. Gilson, solteiro, também é policial há dois anos, e está em fase de conclusão do ensino superior.

4.5.

A transcrição dos dados

Todas as sequências gravadas nas entrevistas foram transcritas por mim a partir de convenções de transcrição baseadas nos estudos de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) e Atkinson e Heritage (1984), com a incorporação de símbolos sugeridos por Schifffrin (1987) e Tannen (1989) no âmbito da Análise do Discurso (v. Convenções de Transcrição em anexo).

Considerando a relevância dos aspectos paralinguísticos, como ênfases, alongamentos e pausas, para a construção de sentido enquanto pistas de contextualização (GUMPERZ, 1982), procuramos contemplar esses elementos na transcrição dos dados. No que se refere aos cuidados que tivemos nessa etapa, cabe pontuar ainda que elementos que pudessem facilitar a identificação da comunidade ou dos participantes, como nomes de logradouros, por exemplo, foram trocados a fim de assegurar a confidencialidade da pesquisa.

4.6.

O tratamento dos dados

Dentre as principais categorias analíticas consideradas relevantes para a análise dos dados, estão:

- i) **Posições** – dizem respeito, de acordo com Davis e Harré (1990), às produções discursivas dos *selves* e possuem uma natureza relacional,

pois um indivíduo sempre é posicionado em relação aos outros. São importantes para este estudo posições reivindicadas e atribuídas pelos policiais.

- ii) **Recursos retóricos** – a análise dos recursos retóricos apontados por Arribas-Ayllon (2011) contribui para o entendimento da função dos accounts/explicações na sustentação de posições e na revelação da ordem moral que subjaz a algumas dessas posições.

A partir desse recorte analítico, segmentamos os dados, considerando como os policiais se posicionam e que explicações são dadas para defender suas posições.